



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO PARA
CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS 2018

COMUNICAÇÃO SOCIAL

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES

- 1) Confira este Caderno de Provas: ele deverá conter **DEZESSETE páginas**, incluindo esta.
- 2) A prova terá duração de quatro horas, improrrogáveis.
- 3) A interpretação das questões é de responsabilidade do candidato.
- 4) Não será permitida nenhuma espécie de consulta, sob pena de desclassificação.
- 5) Responda as questões objetivas na folha de respostas que será entregue em separado.
- 6) A folha de respostas será o único documento válido para a correção, sendo o seu preenchimento de inteira responsabilidade do candidato.
- 7) Não rasure a folha de respostas, a qual deverá conter somente o número de inscrição do candidato, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, sob pena de desclassificação do candidato.
- 8) Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas por motivo de erro do candidato, marcação rasurada ou emendada.
- 9) Este Caderno de Prova deverá ser devolvido junto com a folha de respostas ao final da prova.

Boa Sorte!!!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Prova Objetiva

Português

Após a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa:

Questão 1

- a) O trema não existe mais na língua portuguesa e não pode ser usado em nenhuma hipótese.
- b) O trema continua a ser usado apenas em palavras estrangeiras e palavras delas derivadas.
- c) O trema ainda pode ser usado em palavras portuguesas, desde que como acento diferencial.
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

Questão 2

- a) As letras k, w e y passaram a integrar nosso alfabeto.
- b) Ditongos abertos (ei, oi) continuam acentuados em palavras paroxítonas.
- c) Os ditongos abertos de palavras oxítonas não são mais acentuados.
- d) O ditongo aberto "eu" também não é mais acentuado.

Questão 3

- a) O hiato 'oo' (voo, perdoo) perdeu o acento, mas o hiato 'ee' (dêem, crêem) continua acentuado.
- b) Não existe mais o acento diferencial em palavras homógrafas em nenhuma hipótese.
- c) Permanece o acento diferencial que distingue tempo verbal/singular e plural de verbos.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Questão 4

O hífen está corretamente usado em:

- a) Ante-sala, auto-regulamentação, ultra-sonografia
- b) Hiper-realismo, inter-regional, super-resistente, mandachuva
- c) Auto-affirmação, infra-estrutura, semi-aberto
- d) Nenhuma das anteriores



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Questão 5

Não se usa mais o hífen em:

- a) Malpassado, paraquedas, fim de semana
- b) Pé de meia, mais que perfeito, água de colônia
- c) Vice presidente, circumnavegação, pós graduação
- d) Nenhuma das alternativas anteriores

Questão 6

Assinale a alternativa em que a crase está CORRETA:

- a) Gota à gota, minha paciência foi enchendo!
- b) Caminhava à passos lentos
- c) Chegaremos à Brasília as 22 horas.
- d) O barco ficou completamente à deriva.

Questão 7

Assinale a correta utilização do A/HÁ:

- a) Daqui há pouco chegaremos ao mercado.
- b) Há duas noites choveu torrencialmente.
- c) Espero revê-lo de hoje á três meses.
- d) Nenhuma das opções anteriores.

Nas questões seguintes, assinale a alternativa CORRETA conforme as normas da língua culta:

Questão 8

- a) A proposta a que éramos favoráveis não foi sequer discutida na reunião.
- b) A criança tem horror de ficar presa no balanço.
- c) A professora ficou desacostumada de ensinar inglês.
- d) Nenhuma das opções anteriores.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Questão 9

- a) O motorista dormiu no volante.
- b) Confesso que simpatizei-me com ele.
- c) Entre, mas não repare a bagunça.
- d) Não exceda da velocidade permitida.

Questão 10

- a) O policial nos disse que ficássemos alerta.
- b) O assaltante não vai ser preso, porque ele é de menor.
- c) O árbitro deu continuidade ao jogo após o intervalo.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 11

- a) A criança está meia assustada.
- b) Ele vai chegar ao meio-dia e meio.
- c) Mais de um automóvel foi sorteado.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 12

- a) O filme agradou aos estudantes.
- b) A moça aspira uma carreira de enfermeira.
- c) Eu prefiro azul do que amarelo.
- d) O estranho assistiu tudo sem dizer palavra.

Questão 13

- a) Eu não sei aonde você mora.
- b) Se você ver a Sophia, diga-lhe que estou esperando.
- c) Ele ficou sem nenhum moral para fazer a prova.
- d) O pai enviou vultuosa quantia ao filho.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Questão 14

- a) A médica abriu uma excessão para atender a paciente.
- b) O policial estava sempre mau-humorado.
- c) A falta de confiança levou-o a infligir o regulamento da competição.
- d) A mineração polui terra, água e ar.

Questão 15

- a) Saiu-se bem, haja vista o estado de tensão em que se encontrava.
- b) Ele namora com ela há muito tempo.
- c) A praia cheirava maresia depois da ressaca.
- d) Os rapazes eram bastantes educados.

Nas questões 16 e 17, marque a alternativa que melhor corresponder ao sentido do texto:

Questão 16

"Aqueles que se tornam príncipes pelo seu valor conquistam domínios com dificuldade, mas os mantêm facilmente; a dificuldade se origina em parte nas inovações que são obrigados a introduzir para organizar seu governo com segurança" (Maquiavel, em O Príncipe)

- a) A segurança de um país está diretamente relacionada ao modo como seus governantes foram eleitos.
- b) É difícil a um governante alcançar sucesso por seus próprios méritos.
- c) A resistência a mudanças é um dos mais sérios entraves enfrentados pelos governantes que se elegem autonomamente.
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Questão 17

“(...) o fracasso de uma linha de produção exportadora só incitava a descobrir outra linha que, substituindo-a, revitalizasse a economia colonial, fortalecendo, em consequência, a dependência externa e a ordenação oligárquica interna” (Darcy Ribeiro, em O Povo Brasileiro)

- a) A exportação, no Brasil colonial, concentrava-se num único ramo de produção, que, quando rejeitado pelo mercado internacional, obrigava a sua substituição por outro, mantendo-se intacta a estrutura de poder interna.
- b) A economia colonial era voltada basicamente para o mercado interno.
- c) A economia colonial era composta por inúmeros produtos para exportação.
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

Nas questões 18 e 19, assinale a opção em que há emprego incorreto da vírgula:

Questão 18

- a) Como ficou tarde, desisti do passeio.
- b) Não sabia, por que todos lhe viravam o rosto.
- c) Ele, caso queira, poderá vir hoje.
- d) Não sabia as questões, porque não estudou.

Questão 19

- a) Ora ríamos, ora chorávamos.
- b) Amigos sinceros, nunca os tive.
- c) A parede da casa, era amarela e branca.
- d) Marina, conte-me o que sabe a respeito do caso.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Questão 20

Assinale a alternativa que preencha mais adequadamente os parênteses:

1. Depois de muito pedir obteve a atenção dos pais.
 2. Se fosse em outras circunstâncias teriam acatado a sugestão.
 3. Exigiam-me o que eu nunca tivera facilidade de falar em público.
 4. Fez logo seus deveres depois foi passear.
- a) (;) (,) (:) (;)
b) (,) (;) (:) (;)
c) (,) (,) (:) (;)
d) (?) (,) (,) (:)

Conhecimentos Específicos

Assinale a afirmativa CORRETA em todas as questões a seguir:

Sobre a elaboração de releases:

Questão 21

- a) O título não precisa ser chamativo, porque os jornalistas que os recebem obrigatoriamente terão de lê-los.
- b) As informações mais importantes devem vir no final do texto, para obrigar o leitor a ler todo o seu conteúdo.
- c) Como se trata de texto escrito, pode-se usar qualquer vocabulário, ainda que técnico, porque o leitor terá tempo de pesquisar seu significado.
- d) Nenhuma delas.

Questão 22

- a) Release não pode ter aspas, porque não se trata de matéria de jornal.
- b) Deve-se traduzir todos os termos da linguagem técnica, para que o conteúdo seja de fácil entendimento a qualquer leitor.
- c) Não há necessidade de disparar releases endereçados a editorias específicas; os veículos fazem o remanejamento, caso necessário.
- d) Nenhuma delas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Sobre a produção de textos para rádio:

Questão 23

- a) O rádio é um veículo que aceita linguagem coloquial; então, pode-se usar gírias à vontade.
- b) A estrutura da nota para rádio deve seguir a mesma de qualquer matéria jornalística, com lead e sublead.
- c) O texto para rádio deve priorizar frases curtas, ordem direta e informações objetivas e concisas.
- d) Duas delas.

Questão 24

- a) O cargo de subprocurador-geral da República corresponde ao nível mais baixo da carreira de membro do MPF.
- b) Os membros do MPF e do MPT podem trocar de função, já que ambos pertencem ao MPU.
- c) MPU significa Ministério Público da União. Ele é composto pelo MPF, MPT, MPM e MPDFT.
- d) Procurador da República e procurador federal são variações de nomenclatura para o mesmo cargo.

Questão 25

- a) No MPF, há servidores concursados e não-concursados, todos regidos pela CLT.
- b) Os procuradores da República são aprovados em concurso público; por isso, eles são regidos pela Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis.
- c) Os servidores do MPF podem ser demitidos a qualquer tempo, desde que os gastos com pessoal excedam a meta orçamentária prevista pelo governo federal.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 26

- a) O MPF atua judicial e extrajudicialmente, em causas afetas à Justiça Federal.
- b) O MPF tem atuação em todo o país; por isso, o MP Estadual, por ter atuação restrita aos limites do estado, subordina-se a ele.
- c) O Ministério Público Eleitoral é órgão totalmente independente do Ministério Público Federal.
- d) Nenhuma das anteriores.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Questão 27

- a) O cargo de procurador-geral da República, assim como ocorre na composição do STF, pode ser ocupado por qualquer cidadão formado em Direito, desde que indicado pelo presidente da República e aprovado pelo Senado.
- b) Os subprocuradores da República atuam perante a 1ª instância; os procuradores da República, perante a 2ª instância.
- c) Procurador-geral de Justiça é o chefe do MP do estado.
- d) Há duas respostas corretas.

Questão 28

- a) O Planejamento de Comunicação, no âmbito do MPF, não precisa seguir as estratégias da Comunicação Corporativa, porque uma instituição pública é muito diferente de empresa privada.
- b) O plano de ação é a parte tática do Planejamento de Comunicação: define recursos, responsáveis, meios de execução e indicadores de resultados.
- c) O Planejamento de Comunicação, em um órgão público, visa primordialmente à definição de como serão divulgadas as ações propostas pelos procuradores.
- d) Nenhuma das anteriores está correta.

Relacione as afirmativas, indicando a opção CORRETA:

Questão 29

“Notícias e reportagens são produzidas por meio da seleção e classificação dos fatos a partir de categorias intrinsecamente ideológicas, normalmente não explicitadas e frequentemente naturalizadas” (Lídia Lopes Ozório)

- (1) O trecho acima está descrevendo a objetividade jornalística.
- (2) O trecho acima explica como fatores subjetivos interferem na produção de notícias.
- (3) A própria escolha do que é notícia é capaz de revelar a ideologia dos grupos que detêm o controle da imprensa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

- a) Apenas (1)
- b) Apenas (2)
- c) Apenas (1) e (2)
- d) Apenas (2) e (3)

Questão 30

- (1) Na redação de um release do MPF, é imprescindível que se preserve o mesmo tratamento usado no dia a dia da instituição. Exemplo: Dr. Fulano de tal ajuizou ação civil pública destinada a
- (2) A estrutura do texto de um release deve seguir a mesma estrutura do texto jurídico original ao qual ele se reporta, para evitar desvirtuamentos de sentido.
- (3) Um release produzido a partir de textos jurídicos deve traduzir o jargão da área (“juridiquês”), de forma a possibilitar que qualquer pessoa entenda o sentido do que está sendo veiculado.

- a) Apenas (1)
- b) Apenas (2)
- c) Apenas (3)
- d) Todas elas

Questão 31

- (1) A notícia tem por objetivo principal narrar acontecimentos pontuais, ou seja, fatos do cotidiano; a reportagem extrapola os limites da notícia, indo além do factual.
- (2) A nota é um texto curto, que traz as informações básicas sobre determinado fato, sem aprofundamento.
- (3) O comunicado é um texto escrito com a finalidade de informar um posicionamento oficial a respeito de fato ligado à rotina da instituição.

- a) Apenas (1)
- b) Apenas (2)
- c) Todas elas
- d) Nenhuma delas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Questão 32

- (1) O serviço de criação gráfica abrange redação, design, arte final e diagramação.
 - (2) Arte final é a adaptação de textos e imagens a uma programação visual estabelecida anteriormente.
 - (3) Nota pé é a instrução dada pelo designer gráfico no rodapé do projeto.
-
- a) Apenas (1)
 - b) Apenas (2)
 - c) Apenas (3)
 - d) Pelo menos duas delas

Questão 33

- (1) O MPF em Minas Gerais não possui nenhuma conta em mídias sociais.
 - (2) O portal do MPF pode ser acessado pelo endereço: www.mpf.mp.br.
 - (3) O endereço do twitter do MPF em Minas Gerais é @mpfmg
-
- a) Apenas (1)
 - b) Apenas (2)
 - c) Apenas (1) e (2)
 - d) Apenas (2) e (3)

Questão 34

Na Copa do Mundo de 2014, conhecido jornalista da Folha de São Paulo publicou texto citando uma conversa informal que ele teria tido com o então técnico da Seleção Brasileira. Posteriormente, descobriu-se que se tratava de um sócia de Felipão. Em jargão do meio, diz-se que o jornalista cometeu:

- a) Barriga
- b) Furo
- c) Nariz-de-cera
- d) Invertida



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Questão 35

- (1) Sutiã ou Bigode são sinônimos no jargão jornalístico.
- (2) Hard news diz respeito ao jornalismo factual, voltado a cobrir os acontecimentos fortes do dia; jornalismo em tempo real.
- (3) Matéria de gaveta é aquela que foi posta de lado para não contrariar interesses.

- a) Apenas (1)
- b) Apenas (2)
- c) Apenas (3)
- d) Apenas (1) e (2)

Questão 36

- (1) A diferença entre o Photoshop e o Illustrator é que o primeiro trabalha com matriz e o segundo com vetores.
- (2) O Corel Draw edita textos e imagens.
- (3) O pacote Adobe não oferece software para edição de vídeo.

- a) Apenas (1)
- b) Apenas (2)
- c) Apenas (3)
- d) Apenas (1) e (2)

Questão 37

- 1) A comunicação externa é um conjunto de atividades que inclui assessoria de imprensa, *branding*, gestão de redes sociais, campanhas institucionais e relações públicas.
- 2) Um dos maiores desafios da comunicação interna é criar estratégias para conquistar os funcionários e fazer com que acreditem e assumam a filosofia organizacional.
- 3) As assessorias de Comunicação devem priorizar a comunicação externa, porque o público externo é mais importante para a sobrevivência da instituição do que o público interno.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

- a) Apenas (1) e (2)
- b) Apenas (2) e (3)
- c) Apenas (1) e (3)
- d) Todas elas

Questão 38

No Corel Draw, a ferramenta que permite eliminar áreas indesejadas de um objeto chama-se:

- a) Cortar
- b) Faca
- c) Pincel
- d) Seleção

Questão 39

No Photoshop, a ferramenta que possui um autoajuste que “gruda” na área que se deseja selecionar, facilitando a criação de seleções mais curvas, é:

- a) Laço poligonal
- b) Seleção rápida
- c) Laço magnético
- d) Varinha mágica

Questão 40

As assessorias de comunicação podem usar uma estratégia de divulgação que consiste em fornecer informações que não poderão ser utilizadas pelos jornalistas até que aconteça um fato determinado. A isso se chama:

- a) Divulgação em off
- b) Divulgação secundária
- c) Divulgação primária
- d) Divulgação com embargo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Prova Subjetiva

Questão nº 1.

Elabore um release sobre o texto a seguir, observando a técnica jornalística e as normas gramaticais.

RECOMENDAÇÃO MPF/MG Nº 01, de 20 de maio de 2018 *

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão que esta subscreve, no exercício das atribuições que lhe conferem os artigos 127, caput, e 129, inciso II, da Constituição da República; artigos 2º e 6º, incisos VII, alínea “c”; XIV, alíneas “a”, “c”, “d” e “e”, e XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93; e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127, caput);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público defender os direitos e interesses das populações indígenas (CF/88, art. 129, V), competindo-lhe zelar pelo efetivo respeito aos direitos, interesses e garantias das comunidades indígenas, nos termos do art. 5º, III, “e”, da Lei Complementar n.º 75/1993;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público Federal que os indígenas têm enfrentado obstáculos, impostos pelos fiscais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG, para realizar a exposição de seu artesanato em feiras e espaços públicos da cidade;

CONSIDERANDO que o artesanato é importante forma de expressão da identidade, costumes e tradições indígenas;

CONSIDERANDO que a exposição e venda do artesanato indígena representa um espaço de comunicação intercultural e interétnica e que a criação de tais espaços é essencial para o desenvolvimento do respeito mútuo entre povos e culturas;

CONSIDERANDO, ainda, que a venda do artesanato assumiu papel fundamental à própria subsistência dos povos indígenas no país, tendo em vista a redução das áreas utilizadas por referidos povos para a caça, pesca, coleta e agricultura, como resultado da persistente expansão da sociedade envolvente sobre os territórios indígenas e da intensa degradação ambiental que atingiu suas terras;

Considerando que o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que 36,2% dos 896,9 mil indígenas do país residem em áreas urbanas;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

CONSIDERANDO a importância de políticas públicas destinadas a garantir a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, inclusive mediante a destinação de espaços adequados para a exposição da atividade artesanal indígena;

CONSIDERANDO que o Programa Espaço da Cidadania, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, tem por objetivo garantir espaço para exposição e comercialização de artesanato produzido por “grupos produtivos de segmentos discriminados e marginalizados por motivos raciais, étnicos, de gênero, orientação sexual, entre outros, buscando garantir a igualdade de oportunidades através da exposição e comercialização de produtos artesanais”.

CONSIDERANDO, no entanto, que atualmente o referido programa é executado somente na feira de artesanato que acontece, às sextas-feiras, na avenida Bernardo Monteiro, não ocorrendo nas demais feiras do município;

RESOLVE RECOMENDAR

À Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que:

1) estenda o “Programa Espaço da Cidadania” a todas as feiras de artesanato de Belo Horizonte/MG, de forma a garantir reserva de espaço em referidas feiras para que representantes dos povos indígenas que se encontrem, permanente ou transitoriamente, em Belo Horizonte possam realizar a exposição e comercialização de seus produtos artesanais nesta Capital;

ENCAMINHE-SE a presente RECOMENDAÇÃO ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Belo Horizonte, assinalando-se o prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da notificação, para o envio de resposta quanto às providências adotadas para dar cumprimento ao teor da presente Recomendação.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2018.

FULANO DE TAL

Procurador da República

* Texto adaptado do original



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Questão nº 2.

Faça uma NOTA para divulgar ao público interno do MPF-MG a portaria abaixo. A nota será enviada por e-mail, então, lembre-se que sua mensagem deve ser concisa, clara e objetiva.

PORTARIA Nº 77, de 23 de março de 2008 *

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das suas atribuições e, considerando a necessidade de disciplinar o uso de crachás de identificação nas instalações da Procuradoria da República em Minas Gerais, obedecidas as normas gerais de segurança e proteção das pessoas e do patrimônio público, Resolve:

Art. 1º - Instituir o controle de acesso, destinado à fiscalização de entrada e saída de pessoas na Procuradoria da República em Minas Gerais – PRMG, abrangendo a identificação, o cadastramento, os registros de entrada e de saída e a verificação do uso de crachás de identificação pessoal.

Art. 2º - Para fins de identificação e controle de acesso às instalações da PRMG, serão utilizados crachás de identificação.

§1º O uso ostensivo do crachá de identificação de servidor, de estagiário, de prestador de serviço, de colaborador e de visitante é obrigatório para fins de acesso, circulação e permanência nas dependências da PRMG;

§2º O crachá deverá ser posicionado em local visível acima da cintura do usuário.

§3º Os membros do Ministério Público Federal estão isentos do uso visível de crachás de identificação, sendo-lhes necessário portar o crachá para fins de acesso e circulação nas dependências da PRMG.

§4º Tanto o sistema de catracas e cancelas do controle de acesso às dependências do edifício-sede, como o mecanismo de travamento das portas de acesso aos andares têm como chave de abertura eletrônica o crachá de identificação.

Art. 3º – O portador do crachá é responsável por sua utilização, guarda e conservação.

§1º O extravio do crachá de identificação deve ser comunicado imediatamente à SERAF – Seção de Registro e Acompanhamento Funcional, com apresentação do boletim de ocorrência policial.

§2º Excluídos os casos de desgaste natural, o custo originado com a emissão da nova via do crachá é de responsabilidade do usuário, que deverá efetuar o recolhimento do valor correspondente à SERAF – Seção de Registro e Acompanhamento Funcional.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Art. 4º – O membro, servidor, estagiário e prestador de serviço que, por qualquer motivo, não esteja de posse do crachá de identificação, deverá se dirigir à Portaria para retirada de um crachá de visitante de forma a ter acesso às dependências da PRMG.

§1º - No caso previsto no *caput*, o membro, servidor, estagiário e prestador de serviço deverá dirigir-se imediatamente à Seção de Registro e Acompanhamento Funcional – SERAF, para solicitar um crachá provisório, devolvendo o crachá de visitante.

§2º - O usuário a quem for concedido crachá provisório deverá devolvê-lo até o primeiro dia útil seguinte ao da concessão.

§3º - No caso de concessão de crachá provisório devido a extravio ou defeito, o usuário fica autorizado a permanecer com a posse do crachá provisório até a chegada do novo crachá.

§4º - A não devolução do crachá provisório acarretará o cancelamento do mesmo e a emissão de um novo crachá, sendo os custos de sua emissão de responsabilidade do usuário.

Art. 5º – O usuário de crachá deverá restituí-lo, ao cessar o motivo de sua utilização.

§1º – A exoneração, demissão, posse em outro cargo inacumulável ou qualquer outro tipo de desligamento com a Instituição, bem como a cessação do estágio profissionalizante, obriga à devolução do crachá de identificação à Seção de Registro e Acompanhamento Funcional da PRMG.

Art. 6º – A inobservância das disposições desta Portaria implicará na aplicação das sanções legais cabíveis.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Beltrano de Tal

Procurador-Chefe

* Texto adaptado do original